

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE

No dia quinze de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinco minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no Quality Hotel Aeroporto Vitória, situado à Avenida Adalberto Simão Nader, 605, Mata da Praia, no município de Vitória/ES e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte restrita** da **60ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CÍF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

A reunião consta em arquivo de memória de áudio e está disponível para consulta dos interessados.

Da lista de presença, registro: Agatha Cristina Lima Dias (Ministério da Saúde /CGVAM), Agnis Marciano de Souza (SMS/Linhares/ES), Abília Matheus Rocha (Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES), Alexei Correa (EY), Alice Rodrigues de Matos (SMS Governador Valadares/MG, Cássia Conti (SMS Aracruz/ES), Clara de Oliveira Lazzarotti Diniz (Secretaria de Estado de Saúde/MG- CT-Saúde), Cláudia Laureth (Flacso), Clycia Almeida Ferreira (Flacso), Cristiany Pietro C. Porto (SESA/ES), Cristiane Aloísio (Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, Danilo, Délio (Pescador Profissional/São Tomé do Rio Doce/Tumiritinga/MG, Eduardo (Prefeitura Municipal de Linhares/ES), Eliane Gregório Rocha (Comissão de Atingidos de Linhares/ES), Fernanda Gomide Viegas (Monitoramento Hídrico/Fundação Renova), Francisco Leopoldo Lemos (SRS/Belo Horizonte/MG), Frederico Galante (Fundação Renova), Gabriela (Comissão de Atingidos de São Mateus/ES), Ian Sarger (Comitê Pro Rio Doce de MG), Isabella de Castro Oliveira (SRS Ponte Nova), Ivan Ferreira Brum (SMS/Resplendor/MG), Jadilson Lino de Oliveira Gomes (CRQ Degredo/ES), Jaqueline Francischetti (Ministério da Saúde), Joéci Lopes Miranda (Comissão de Atingidos Aracruz/ES), Joice Rodrigues da Cunha (SES/MG), Juliana Moreira Zebral (Fundação Renova), Juliane Barroso (Governo do Estado do ES), Liberina (SINDPESCA/ES), Lindalva Feitosa (Fundo Brasil de Direitos Humanos), Luciene Costa Zorzal (SETADES/ES), Luiz Fernando Prado de Miranda (SES/MG), Marcela Alves de Lima Santos (SMS Mariana/MG), Maria Da Glória A. Santos (Sec. Da Pesca e Comissão de Atingidos de São Mateus/ES), Mateus Vinícius Costa (Coordenador de Vigilância Ambiental/ SES/MG), Micheline Araújo Paiva (SAS Coronel Fabriciano), Nathália Pippa Cardos (SES/MG), Oliverson (Fundação Renova), Paula Cambraia de Mendonça Viana (Fundação Renova), Paula Vieira Gonçalves De Souza (Fundação Renova), Priscila Alves Vieira (SES/MG),

Roberto da Costa Laperriere (SESA/ES), Rodrigo de Souza Leite (SMS Rio Doce/MG), Ronize Gomes do Nascimento (Fundação Renova), Sandra P.S. Gnocchi (Comissão de Atingidos de Aracruz/ES), Sérgio Ribeiro Rossi (Ministério da Saúde), Simone (Atingida), Telma Pereira da Silva (Comissão de Atingidos de Linhares/ES), Thaís Motta Veiga (Ministério da Saúde), Valquíria da Costa Seleguini (SRSC/ESA/Colatina/ES), Vitor Teixeira dos Santos (SMS de Naque/MG), Wenner Shaday Tavares (SES/MG).

Verificado o quórum de instalação, o coordenador, sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou a todos e, deu início aos trabalhos como detalhado a seguir:

Pauta Geral – Restrita	
Pauta	Discussão
a) Apresentação dos presentes	Verificado o quórum de instalação, o coordenador da CT-Saúde, o sr. Luiz Fernando Prado de Miranda, cumprimentou os participantes e fez uma rodada de apresentação. Após a leitura da pauta, o coordenador informou a necessidade de uma inversão da pauta, colocando a apresentação do GT Água antes dos outros GTs, o que foi aprovado por todos.
b) Aprovação das atas da 56ª RO, 58ª RO e 59ª RO da CT Saúde	O coordenador da CT Saúde informou que a minuta de ata da 56ª RO da CT Saúde não seria aprovada nesta reunião, pois deverá ser revisada. Colocou em apreciação a minuta de ata da 58ª Reunião Ordinária da CT-Saúde, que foi aprovada, sem considerações por parte dos presentes. Em seguida, o coordenador da CT-Saúde colocou em apreciação a ata da 59ª Reunião Ordinária da CT-Saúde, que, também, foi aprovada sem considerações pelos participante. Em sequência, o sr. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, deu prosseguimento aos trabalhos como detalhado a seguir:
Encaminhamento E60.01	A ata da 58ª Reunião Ordinária da CT-Saúde foi aprovada. A ata da 59ª Reunião Ordinária da CT Saúdefoi aprovada. As atas serão enviadas à Secex para publicação na página do CIF/IBAMA.

**c) Parecer Técnico
CT Saúde
nº05/2023 e NT
nº2/2023
DSAST/SUSA/MS**

Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, informou o recebimento de solicitação da Secex de manifestação sobre o Eixo Prioritário 2, no qual a Fundação Renova relata que os Planos de Ação em Saúde estão judicializados, sob alegação de que os planos só poderiam ser executados após conclusão dos estudos em saúde, previstos no TTAC. O CIF solicitou da Câmara Técnica manifestação quanto aos pontos decididos judicialmente. Luiz Fernando considerou positivo as convergências entre os pontos decididos pelo juiz e os pleitos da CT Saúde. A resposta à solicitação foi enviada através da Nota Técnica nº2/2023. Quanto as contradições técnicas, se tratou donexo causal e da inversão do onus da prova. Sergio Rossi, representante do Ministério da Saúde, relatou que o juiz não descartou a necessidade dos estudos apontarem uma relação causal dos danos à saúde com relação ao rompimento. Considerou que o desastre agrava e causa problemas de saúde, mas que, nem tudo é consequência do desastre e a comprovação deste nexo é muito complexa. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde indicou uma questão no que se refere à relação entre os estudos de avaliação de risco à saúde humana e os estudos epidemiológicos e toxicológicos, com a qual a CT diverge quanto ao conteúdo dessa ressalva, divergência amparada na ausência de fundamentação técnico científica. Considerou não haver condicionalidade entre os estudos, já que a exposição à substâncias químicas provadas pelo desastre não são os únicos impactos e danos que afetam a saúde da população atingida. Acrescentou que, grande parte destas controvérsias, já foram superadas pela DeliberaçãoCIF 656/2023, que aprovou a proposta apresentada pela Fiocruz de realização de estudos em saúde. Eliane Gregório, representante da Comissão de Atingidos de Povoação/ES, ressaltou o aumento do adoecimento da população após o rompimento da barragem e colocou seus próprios laudos a disposição para comprovação dessa causalidade. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, considerou que estes relatos e laudos poderão ser contemplados nos estudos que serão realizados. Quanto aos Planos de Ação em Saúde - PAS, Luiz Fernando

informou que foram tratados no documento dos seguintes pontos: 1) Fluxos de recebimento, em acordo com a Deliberação 569/2022 e Cláusulas 109 a 110 do TTAC. 2) Execução dos PAS em concomitância com a realização dos estudos. 3) Perícia judicial: A CT considerou não ser o momento de apresentar quesitos para a perícia judicial e recomendou que o escopo da perícia fosse limitado aos aspectos orçamentários dos estudos. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, mencionou que os estudos analisarão a coletividade, o impacto na saúde de forma geral, e não individualmente cada caso. A inversão do ônus da prova favorecerá o apontamento das análises das condições de saúde, para definir as melhorias da rede e a oferta de assistência em saúde para a população. Ressaltou que a análise das condições individuais apontam para a perspectiva das indenizações e não de assistência à saúde. Liberina, representante do SINDPESCA/ES, propôs fazer um levantamento das situações de adoecimento dos pescadores e encaminhar ao Ministério Público. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, relatou que os atingidos estão adoecidos, física e mentalmente, a situação é evidente e a reparação na saúde não evoluiu. Sugeriu chamar o Ministério Público para as reuniões. Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que os PAS aprovados foram encaminhados para o juiz, reforçando a urgência da execução das ações. Liberina, representante do SINDPESCA/ES, solicitou informações sobre como encaminhar os pescadores que atuam ao norte do ES, mas não residem nas cidades reconhecidas como impactadas. Clara Diniz, representante da SES/MG, informou que há um programa que trata da saúde do trabalhador, que pensa estratégias de proteção da saúde de pessoas expostas a algum risco. Agnis de Souza, representante da SMS de Linhares/ES, pergunta como proceder para que os estudos epidemiológicos sejam feitos nos municípios. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, esclareceu que os estudos de avaliação de risco e epidemiológicos serão custeados pela Fundação Renova e a proposta, já aprovada, deve ser encaminhada ao juiz pelo CIF,

	<p>mas não há o que os municípios possam fazer. O juiz solicitou que uma proposta de estudos fosse apresentada e o CIF apresentou através da Deliberação 656/2023. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, informou que todos os municípios abrangidos pelo PG14 serão abarcados pelos estudos de saúde, então não há necessidade dos municípios solicitarem, pois, serão acionados para construir o plano de trabalho de execução desses estudos.</p>
--	--

2. Pauta dos GTs	
a) GT- Água:	
Pauta	Discussão
<p>1. Relatório Anual 2021-2022 do PMQACH a</p>	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água apresentou o Parecer Técnico da CT Saúde, de 14 de março de 2023, em resposta ao Ofício 2083/2023 da Fundação Renova sobre o Relatório Anual 2021-2022 do PMQACH. Informou que os itens solicitados na NT 54/2021 e reiterados na Deliberação CIF 513 foram parcialmente atendidos, tendo faltado apenas o item Glossário. Acrescentou que apontaram erros em todo o texto, para os quais foram solicitadas as alterações. Chamou atenção para a conclusão, onde a responsabilidade do abastecimento de água não é colocada como uma ação que deve ser compartilhada. Foi sugerida a retirada de parte da conclusão que trata da influência dos fatores locais que podem levar à contaminação dos recursos hídricos, bem como a atribuição da presença natural de ferro, manganês e alumínio como causa da constante alteração dos parâmetros e percentuais de violação dos limites preconizados pela legislação. Realça que, o que se espera é que o relatório mantenha sua finalidade de subsidiar as proposições de intervenção para a garantia da potabilidade da água. Foi dado um prazo de quinze dias para a Fundação Renova fazer as alterações propostas e o relatório será disponibilizado para as contribuições da CT Saúde. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, mencionou que a coleta da água para</p>

	<p>avaliação, feita mensalmente, não impede que a água continue chegando suja nas torneiras e a prefeitura e o SESAN se eximem de responsabilidade. Cássia Conti, representante da SMS de Aracruz, relatou que há uma metodologia para coleta da água para exames e os laudos devem ser considerados. Sugeriu que os moradores/consumidores devem acionar imediatamente a SESAN ao verificar que a água está escura. Délio, representante de São Tomé do Rio Doce/Tumiritinga/MG, relatou o adoecimento das pessoas e solicitou providências. Liberina, representante da Comissão de Atingidos de Vitória/ES, reitera o adoecimento das pessoas, até em Nova Almeida/ES e propõe união das lideranças para buscar soluções. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, prabenzizou o GT-Água pela competente avaliação do documento que foi aprovado, sem condiderações pelos presentes.</p>
<p>2) Aprovação do 6º Boletim e do 7º Boletim; aprovação dos 1º e 2º Boletins de água tratada sem captação no Rio Doce e aprovação dos 1º e 2º Boletins dos pontos sem tratamento.</p>	<p>Alice Rodrigues Matos, coordenadora do GT-Água apresentou o ofício da CT-Saúde, de 14 de março de 2023, encaminhando a aprovação do 6º e 7º Boletins do PMQACH, de água tratada com captação no Rio Doce, aprovação dos 1º e 2º Boletins de água tratada sem captação no Rio Doce e aprovação dos 1º e 2º Boletins dos pontos sem tratamento. Como todos os apontamentos feitos no Ofício11/2023 da CT Saúde foram atendidos, os seis Boletins foram aprovados. Os Boletins serão divulgados, demonstrando a qualidade da água em cada um dos municípios e podem ser acessados no link: https://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/page/1768-desastre-mariana?layout=print Alice Matos, coordenadora do GT Água, se colocou à disposição para apoiar os municípios na elaboração de ofícios solicitando às concessionárias melhorias na qualidade da água. Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES, esclareceu que a presença do trihalometano pode ser resultado dos tratamentos da água, não estando necessariamente associada ao desastre. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, perguntou como tem sido feita a notificação dos resultados aos municípios. Alice Matos, coordenadora do GT Água, informou que foi elaborado um passo a passo informativo. A Fundação Renova envia para a CT Saúde todos os laudos e,</p>

	também, no formato do SISÁGUA e cada superintendência os remete aos municípios, e os municípios entregam para os pontos – Sistema de Abastecimento de água, ou dono do poço.
3) Site: www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce	<p>Alice Matos, coordenadora do GT Água apresentou o site onde se pode encontrar os boletins, relatórios e Notas Técnicas, inclusive os boletins dos 26 municípios monitorados, com 256 pontos sem tratamento de água podem ser visualizados neste site: www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce .</p>
4) Ofício 12/2023 CT Saúde/CIF: Passo a passo	<p>Alice Matos, coordenadora do GT-Água apresentou o Ofício12/2023/CT Saúde/CIF de 14 de março de 2023, com orientações do PMQACH aos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. Nesse ofício é apresentado um fluxo de ações, um passo a passo para efetivação do monitoramento da qualidade da água em cada município. Estas informações estão descritas na Nota Técnica 56/2021. Informou que serão realizadas reuniões com os municípios, para apresentação do ofício12/2023 CT Saúde/CIF. Para os municípios de MG a reunião será dia 18/04 e dia 19/04 para os municípios do Espírito Santo (E60.02).</p>
Encaminhamento E60.02	<p>Agendar reuniões com os municípios para apresentação do ofício12/2023 CT Saúde/CIF, no período da manhã: Dia 18/04/2023 com os municípios de Minas Gerais. Dia 19/04/2023 com os municípios do Espírito Santo:</p>
5. Acompanhamento das coletas do PMQACH	<p>Alice Matos, coordenadora do GT-Água, solicitou às pessoas que acompanham o PMQACH que informem ao GT as situações inadequadas ou insatisfatórias. Acrescentou que dia 12/04/2023 o GT acompanhará uma coleta pelo laboratório da Tomasi em Governador Valadares/MG.</p>
6. Digitação dos laudos do	<p>Alice Matos , coordenadora do GT Água, solicitou que os municípios dos dois estados, digitem as informações/laudos sobre o controle e a vigilância,</p>

<p>PMQACH no SISAGUA</p>	<p>e os resultados da Tomasi no SISAGUA para serem divulgados na plataforma oficial.</p> <p>Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, parabenizou e agradeceu o GT Água pelos trabalhos.</p>
<p>Contribuições dos participantes</p>	<p>Agnis de Souza, representante da SMS de Linhares/ES colocou a secretaria à disposição para sanar dúvidas referentes ao território. Joeci Muranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, também se disponibilizou para apoio e esclarecimento de dúvidas. Jadilson Lino de Oliveira Gomes representante da CRQ Degredo/ES, relatou estar de posse de alguns relatórios fornecidos pela CT SHQA, sobre Linhares/ES e se colocou disponível para repasses e esclarecimento de dúvidas. Telma Pereira, representante da Comissão de Atingidos de Linhares/ES solicitou à Agnis que apresente as informações sobre a água de Linhares/ES ao Conselho Municipal de Saúde. Agnis informou que voltará ao Conselho para apresentar o PAS do município, agora aprovado, e aproveitará para apresentar os relatórios do ultimo quadrimestre. Telma Pereira sugeriu que a SMS faça reunião com os moradores de Povoação, Degredo e Pontal para repassar as informações sobre a água..</p>

2. Pauta dos GTs

b) GT-Estudos:

Pauta	Discussão
<p>1) Informe Ofício 17/2023: Retirada do Programa de Capacitações da Fundação Renova dos Relatórios Mensais de Saúde do PG 14</p>	<p>Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT Estudos informou que através do Ofício 17/2023, a CT-Saúde solicitou à Fundação Renova a exclusão do programa de capacitações da Fundação Renova dos Relatórios Mensais de Saúde do PG 14, em atenção à Deliberação CIF 651, que reprovou o referido progama de capacitações. Acrescentou que o GT Estudos elaborará uma nova proposta para a realização das capacitações em saúde. Luiz Fernando, coordenador da CT</p>

	Saúde, relatou que as informações foram excluídas dos relatórios e apenas as informações sobre a ACP de Mariana/MG foram mantidas.
<p>3) Deliberação CIF 656/2023 – aprova proposta técnica para realização dos estudos de saúde, conforme Deliberação CIF 548/2021</p>	<p>Roberto da Costa Laperriere, representante da SESA/ES e coordenador do GT Estudos informou que o CIF aprovou a proposta técnica para realização de estudos em saúde – Deliberação CIF 656/2023, conforme delineada pelo GT Estudos. Acrescentou que o CIF solicitou ao juízo a destinação do valor de trezentos milhões e duzentos mil reais, que devem ser transferidos pela Fundação Renova à FIOTEC. Informou, ainda, que as empresas e ou a Fundação Renova não manterão qualquer relação contratual e ou administrativo financeira com a FIOTEC e FIOCRUZ, garantindo a independência técnica, administrativa e financeira para a realização dos estudos. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde parabenizou o GT e agradeceu o empenho do Ministério da Saúde e da Fiocruz na elaboração da proposta. Ressaltou que a realização de ações no território não depende dos estudos para serem iniciadas. Gariela, representante da Comissão de Atingidos de São Mateus/ES/Conceição da Barra/ES, mencionou o alto grau de contaminação da água com metais pesados na região e que nada tem sido feito para proteger os 170 mil moradores. Luiz Fernando informou sobre o Programa de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano e dos Programas existentes na CT SHQA, de monitoramento da qualidade da água. Acrescentou que os estudos previstos contemplarão a avaliação de risco à saúde humana, explicitando os contaminantes, rotas de interesse e exposição e devem evidenciar as implicações para a saúde das pessoas expostas ao material proveniente do desastre. Mencionou os planos de ação em saúde que prevêm a execução de ações nos municípios.</p>

2. Pauta dos GTs

c) GT-Planejamento:

Pauta	Discussão
-------	-----------

**1.Repasse Reunião
do GT do Modelo
Técnico Conceitual**

Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, informou que foi realizada uma reunião, na qual foi apresentada uma descrição do entendimento do desastre pela CT Saúde, e suas consequências para a saúde. A elaboração do documento se referendou em estudos aprovados pela CT Saúde e os dados do PMQACH. Foi traçado um panorama evidenciando que os danos à saúde, são também danos sócioeconômicos e sócioambientais, os quais são inseparáveis. Para a saúde, as incertezas decorrentes do desastre já se configuram em um dano e o risco adicional à saúde já justifica ações em saúde, como previsto no TTAC. Clara Diniz, coordenadora do GT-Planejamento, acrescentou que a partir do documento apresentado, com a listagem de danos diretos, a coordenação do GT Modelo Técnico Conceitual transformou as informações em vetores e danos socioambientais. Os danos socioeconômicos serão tratados em um segundo momento pelo GT. Clara Diniz agradeceu a colaboração de todos os membros que participaram do GT e informou que dia 17/03 haverá nova reunião do GT para finalizar a vinculação dos vetores e danos, avaliar os estudos aprovados pela Deliberação CIF 656 e levantar hipóteses que os estudos pretendem comprovar. Informou que a cada hipótese será vinculada uma linha de pesquisa. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, considerou que a saúde está na interface do sócioambiental e do sócioeconômico, de forma que a alocação ideal para a saúde seria ter um eixo específico. Como tratar as incertezas a partir dessa compreensão? Na saúde não se tem um vetor único de transmissão da maioria dos danos. Joéci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, menciona as novas áreas reconhecidas pela Deliberação 58, e pergunta porque os laudos dessas localidades não estão sendo discutidos nas Reuniões Ordinárias. Clara Diniz, coordenadora do GT-Planejamento relatou que a situação dos municípios está sendo discutidos nos PAS e na Deliberação 656, a qual abarca todos os municípios considerados atingidos pelo CIF e espera que com os resultados dos estudos se tenha estratégias e ações de mitigação nessas localidades para além dos PAS. Jadilson Gomes,

	<p>representante do CRQ Degredo/ES, ressaltou que foram elencados 190 danos pelas diversas CTs. Maria da Glória Santos, representante da Sec. Da Pesca e Comissão de Atingidos de São Mateus/ES, fez apelo em prol dos pescadores que estão contaminados e vendendo peixes contaminados, e que espera que os envolvidos na questão da saúde tomem atitudes concretas. Cristiane Aloísio, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, sugeriu que os atingidos de São Mateus e Conceição da Barra procurem a secretaria de saúde para explicitar os impactos e danos apoiando assim a elaboração dos planos de ação em saúde. Maria da Glória Santos, representante da Sec. Da Pesca e Comissão de Atingidos de São Mateus/ES, propôs que a SMS vá até os territórios. Rodrigo de Souza Leite, representante da SMS de Rio Doce/MG, sugeriu acionar o Ministério Público, o poder público e os conselhos municipais de cada localidade visando trabalho conjunto. Sugeriu, também, acionar o Ministério Público e judiciário em casos de falhas na rede de saúde, para assegurar os direitos.</p>
<p>Informe sobre os PAS</p>	<p>Clara Diniz, coordenadora do GT Planejamento, informou que os Planos de Ação em Saúde de Raul Soares/MG e Linhares/ES foram aprovados pelo CIF, mas o prazo para a Fundação Renova iniciar a execução, passou, então será notificado ao CIFO descumprimento de deliberações. Para os municípios de Brugre/MG, Aracruz/ES e Rio Casca/MG, já foi feita a notificação de descumprimento de deliberação e a Fundação Renova já foi notificada, e agora será feita a solicitação de aplicação de multa. Acrescentou que as informações serão enviadas, também, ao juiz da 4ª Vara. A definição de como encaminhar os próximos Planos de Ação será tratada com a SECEX. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, orientou classificar os planos como projetos, devido aos valores diferenciados das multas. Clara Diniz, coordenadora do GT-Planejamento, informou que com a revisão do PG14, esta mudança já será feita e pautada na Reunião Ordinária do mês de abril.</p>

No dia quinze de março do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e cinco minutos, em modelo híbrido, com sede presencial no Quality Hotel Aeroporto Vitória, situado à Avenida Adalberto Simão Nader, 605, Mata da Praia, no município de Vitória/ES e por videoconferência pela plataforma Teams, teve início a **parte pública da 60ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde – CTSAÚDE/CIF**, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov.), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

Reunião Pública	
Pauta	Discussão
1) Apresentação da equipe da Fundação Renova e Convidados	Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, agradeceu a presença da Fundação Renova e fez uma rodada de apresentação.
2) Planejamento e Orçamento Anual exercício 2023 do PG14 e PMQACH	Luiz Fernando Prado de Miranda, coordenador da CT Saúde, informou proposição de pauta e retorno da Fundação Renova, que através do Ofício FR2023/0596, solicitou a retirada deste ponto da pauta da 60ª RO da CT Saúde, devido à judicialização do Programa. Porém, a coordenação da CT entendeu necessária a manutenção da pauta, para esclarecimentos de dúvidas, sobre o documento. Solicitou que a Fundação Renova esclarecesse sobre os critérios de definição dos valores e fizesse a apresentação da memória de cálculo. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, informou que o planejamento e orçamento do exercício de 2022 foram entregues ao CIF em novembro de 2023. Em dezembro o CIF judicializou o PG14, assim a Fundação Renova acredita ter de esperar resposta judicial sobre o tema, pois, não vê razão para discutir um orçamento judicializado. Juliana Moreira Zebal, representante da Fundação Renova, considerou temerário fazer discussões sobre um assunto do qual se desconhece as pretensões do CIF e judiciais. Acrescentou que se a questão foi levada a estes âmbitos, já não cabem discussões no âmbito administrativo. Paula

	<p>Cambráia, representante da Fundação Renova, reforçou que se não tivesse havido a judicialização, feita pelo CIF, estariam discutindo o orçamento do ano, como sempre fizeram. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, manifestou seu pesar pela alegação sistemática da Fundação Renova, de impossibilidade de diálogo, devido à judicialização. Sérgio Rossi, representante do Ministério da Saúde, aponta que a busca pelo diálogo tem sido feita pela CT, inclusive pautando a questão na RO, e que o próprio judiciário tem recomendado tentar encaminhar os dissensos de forma consensual. Mencionou as repetidas situações em que a Fundação Renova justificou o fechamento ao diálogo devido a contestações de documentos em reiteradas judicializações das decisões, recomendações técnicas e deliberações do CIF, tornando a via da judicialização a opção da instância administrativa. O planejamento e orçamento anual talvez tenha sido o único ponto em que o CIF utilizou esta alternativa, mas este não é caminho que a CT e o CIF têm adotado para as ações de saúde, ao contrário do que a Fundação Renova e as empresas têm feito. Paula Cambráia solicitou manutenção da pauta proposta, o que foi aceito pela coordenação.</p>
<p>Pronunciamento dos atingidos a) Fala livre dos atingidos</p>	<p>Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, repudiou a posição da Fundação Renova de judicialização de todas as proposições da Saúde. Abília Mateus Rocha, representante dos atingidos de Córrego do Sertão/Conceição da Barra/ES, perguntou sobre as providências tomadas em favor das trinta e três comunidades quilombolas do estado, grandemente impactadas com o desastre. Informou que muitos sobrevivem da pesca, assim como diversos moradores de Conceição da Barra/ES. Paula Vieira, representante da Fundação Renova, sugeriu que as pautas sobre os quilombolas sejam encaminhadas à CT-IPCT, onde suas questões recebem tratamento especial e diferenciado. Luiz Fernando, coordenador das CT -Saúde, considerou que sendo uma temática transversal, a Fundação Renova poderia informar sobre as ações de saúde direcionadas aos quilombolas, já que a CT Saúde é o espaço pertinente para tratar destas ações. Juliana Moreira Zebral, representante da Fundação</p>

Renova, relatou que as ações direcionadas aos quilombolas, povos tradicionais e indígenas, não são feitas de forma transversal, mas tratadas integralmente na CT-IPCT. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, informou que em Conceição da Barra/ES não há nenhuma ação de saúde em execução pela Fundação Renova. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, relatou que, toda vez que alguma questão específica é apresentada à CT IPCT, transversal à outra CT, a pessoa é orientada a procurar a CT responsável por aquela temática. Quanto à Degredo, Jadilson Gomes mencionou a distribuição de água mineral, cuja lista, elaborada em 2018, não sofreu atualizações. Solicita revisão e atualização da lista de abastecimento de água de Degredo. Solicita, ainda, revisão no contrato da empresa de entregas, ampliando os locais de entrega, para facilitar o acesso de pessoas com vulnerabilidade. Acrescenta a necessidade de ampliar o limite de litros de água por pessoa, para consumo e cozimento. Perguntou se o recurso de abastecimento de água tem caráter reparatório. Juliana Moreira Zebal, representante da Fundação Renova, mencionou que a Fundação Renova não estourou barragem e considerou ameaça a fala de Jadilson de levar à juízo as demandas apresentadas na CT IPCT, as quais são redirecionadas às CTs competentes às temáticas de cada Câmara Técnica. Reiterou que as questões trazidas por Jadilson, não são pautas da CT Saúde, já que Degredo é comunidade quilombola e suas questões devem ser tratadas na CT IPCT e nos canais de atendimento da Fundação Renova. Jadilson Gomes, representante da CRQ Degredo/ES, esclareceu que a CT IPCT não trata das questões sobre abastecimento e fornecimento de água e discordou dos endereçamentos exclusivos dos problemas das comunidades quilombola à CT-IPCT. Juliana Moreira Zebal, representante da Fundação Renova, se dispôs a atender as questões oficiadas pela CT Saúde. **(E60.03)**. Paula Cambraia, representante da Fundação Renova, sugeriu a realização de reunião intercâmaras da CT-Saúde e CT-IPCT **(E60.04)**. Cristiane Aloísio, representante da Comissão de Atingidos de Barra Longa/MG, mencionou o aumento dos índices de adoecimento e mortes entre os

atingidos, especialmente com câncer, e pergunta à CT-Saúde o que pode ser feito. Cita também o adoecimento em saúde mental. Abília Matheus Rocha, representante da Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES, considerou que os representantes da Fundação Renova deveriam estar informados do desenvolvimento de todos os programas e dar informações em cada Câmara Técnica. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, mencionou que a Fundação Renova não é responsável pelo desastre, mas é reponsável pelo processo de reparação, e deveria estar melhor preparada para responder e dar transparência sobre as ações de saúde desenvolvidas nos territórios, ainda que haja interface entre elas. Ressalta que se o processo de reparação não for feito adequadamente, pode se tornar em fator de adoecimento da população. Liberina, representante do SINDPESCA/ES, lamenta que representante da Fundação Renova relate não ser responsável pelo rompimento da barragem. Avaliou que os representantes das empresas deveriam participar das reuniões, assim como o Ministério Público. Délio, Pescador Profissional/São Tomé do Rio Doce/Tumiritinga/MG, perguntou pelos laudos de análise de água de São Tomé do Rio Doce, de Tumiritinga/MG. Fernanda Gomide, representante da Fundação Renova, informou que os laudos do PMQACH são disponibilizados para a CT Saúde e Luiz Fernando, coordenador da CT-SAÚDE informou que as ionformações podem ser encontradas no site www.saude.mg.gov.br/desastreriodoce e nas SMS de cada município. Eliane Gregório, representante da Comissão de Atingidos de Povoação/ES repudiou o desrespeito da Fundação Renova aos atingidos e membros das CTs, descumprindo as leis, judicializando os programas. Parabenizou a todos os atingidos que lutam pela reparação. Joeci Miranda, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, relatou que Ronize, representante da Fundação Renova, colocou no chat que os atingidos são artistas e que vão as CTs para beber e comer de graça. Acrescentou que pessoas morreram e estão morrendo pelo crime cometido pelas empresas. Sugeriu para os que não conseguem lidar com a situação, que peçam contas e saiam , mas ofender os atingidos é inaceitável. Ronize

Gomes do Nascimento, representante da Fundação Renova, reconheceu seu erro e se desculpou pelas palavras grosseiras e hostis proferidas. Relatou que se sensibiliza, mas que por vezes também se sente ofendida com algumas falas dos atingidos. Luiz Fernando, coordenador da CT Saúde, considerou inaceitável a manifestação da representante da Fundação Renova, expressão de desrespeito aos direitos dessas pessoas, revitimizando-as. Acrescentou que esta situação comprova o quanto esse processo de reparação pode ser danoso à saúde dos atingidos, reiteradamente revitimizados por aqueles que deveriam assegurar seus direitos. Ronise Gomes do Nascimento, representante da Fundação Renova, solicitou que se entenda que o erro foi cometido por ela e que, portanto, não deve ser atribuído à instituição, prejudicando sua reputação. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, considerou que a contratação da funcionária foi feita pela Fundação Renova, a qual deve responder pela atitude de seus representantes. Abília Matheus Rocha, representante da Comissão de Atingidos de Conceição da Barra/ES, expressou sua indignação com a atitude de Ronize Gomes, considerando que a mesma conhece muito bem a condição dos atingidos, pois acompanhou de perto a precariedade e o sofrimento, especialmente dos moradores de São Mateus/ES e Conceição da Barra/ES. Juliana Moreira Zebral, representante da Fundação Renova, ressalta que a fala de Ronize não expressa o pensamento da Fundação Renova e que tratarão internamente para compreender o que se passou e conversar com Ronize. Pediu desculpas. Sandra Gnocchi, representante da Comissão de Atingidos de Aracruz/ES, considerou que a fala foi infeliz, mas que realmente representa a Fundação Renova. Simone, atingida, considerou que o assunto não se encerrou. Apontou que a Fundação Renova tem se colocado no lugar de vítima nas reuniões da CT Saúde, ameaçando se retirar e que os atingidos não aceitam as desculpas, principalmente pelo que a Fundação Renova tem feito com os atingidos há sete anos. Luiz Fernando, coordenador da CT-Saúde, se solidarizou com os atingidos e reforçou que a situação é inaceitável, grave

	e desrespeitos. Juliane Barroso, representante do Estado do ES e do CIF, repudiou as duas falas infelizes e constrangedoras da Fundação Renova e se solidarizou com os atingidos e membros da CT. Considerou que as falas se somam à insuficiência no desempenho do trabalho nestes sete anos. Como todos os pontos da pauta foram tratados o coordenador da CT saúde, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a 60ª Reunião Ordinária da CT Saúde.
Encaminhamento E60.03	A CT Saúde enviará à fundação Renova, por ofício, as questões apresentadas pelos representantes das comunidades quilombolas na 60ª RO da CT Saúde
Encaminhamento E60.04	Realizar Reunião Intercâmaras CT-Saúde e CT -IPCT para tratar das questões dos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – Responsável: CT Saúde

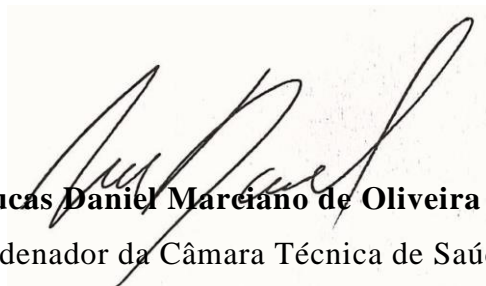
Registro que a reunião se encerrou às dezesseis horas e trinta minutos do dia quinze do mês de março de dois mil e vinte e três.

Registro que a presente ATA foi aprovada na 65ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde, no dia trinta de agosto de dois mil e vinte e três.



Clycia de Almeida Ferreira

Secretária executiva da Câmara Técnica de Saúde



Lucas Daniel Marcião de Oliveira
Coordenador da Câmara Técnica de Saúde